

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO LATINO-AMERICANO ANTICAPITALISTA E ANTICOLONIAL

Israel Ferreira Machado¹⁰²

O movimento de reivindicação dos povos camponeses no Brasil por um outro projeto de educação no campo surge como um marco importante na esteira de construção de um pensamento latino-americano nas últimas décadas. Sendo assim, o presente trabalho é um resumo expandido de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, concluída em 2021 (Machado, 2021), em que se buscou, através de revisão bibliográfica, mostrar como o Movimento por uma Educação do Campo no Brasil é um movimento de resistência anticapitalista e anticolonial que contribui para a construção não só de uma educação, mas de todo um pensamento anticapitalista e anticolonial na América Latina. Dito isto, de início, vejamos melhor sobre o tipo de educação que os povos camponeses reivindicam.

Bem, em suma, o movimento camponês por uma Educação do Campo reivindica uma educação que seja pensada e produzida desde a realidade e os interesses dos povos do campo. No mais, não é uma educação produzida *para* os povos do campo, de cima para baixo, mas sim uma educação produzida *com e por* eles, de baixo para cima. Portanto, pode-se dizer que o Movimento por uma Educação do Campo propõe uma educação que seja tanto *no* campo, porque acontece no lugar onde os povos do campo vivem, quanto *do* campo, porque é pensada e produzida desde a realidade do campo, por e com os povos do campo, sempre comprometida com a cultura e as necessidades econômicas e sociais destes povos. Desse modo, demonstra ser a expressão legítima de uma "pedagogia *do* oprimido" (Freire, 1987).

À vista disso, o Movimento por uma Educação do Campo propõe um outro paradigma de educação fundamentado nas relações anticapitalistas e anticoloniais com a terra. Dentro desse paradigma, o campo é concebido, segundo Fernandes e Molina (2004, p. 37), como “espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir um *modus vivendi* que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, com o trabalho, sua cultura, suas relações sociais”. Dessa maneira, é um paradigma de educação que rompe com a concepção da

¹⁰² Mestrando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista CNPq. E-mail: israelferreira97@hotmail.com.

educação hegemônica neoliberal que entende o campo exclusivamente como lugar de produção de mercadorias. Na Educação do Campo terra e trabalho são, antes, condições para a produção de alimentos e reprodução da família camponesa e não para a produção de mercadorias.

A ideia de uma Educação do Campo surgiu durante o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em julho de 1997. De acordo com Caldart (2012), a ideia surgiu depois que algumas entidades presentes no encontro, tais como a Conferência de Bispos do Brasil (CNBB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e a Universidade de Brasília (UnB), provocaram o MST a fazer uma discussão mais ampla sobre a educação no meio rural brasileiro. No encontro também foram lançadas as bases para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), instituído pelo governo federal em abril de 1998.

Logo após o I ENERA, em agosto de 1997, deu-se início às discussões preparatórias para a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Goiás, em julho de 1998, que teve como objetivo central abrir uma discussão mais ampla sobre a educação no meio rural. Das discussões preparatórias, surgiu o documento base para a I Conferência que já trazia em seu bojo aquilo que seria o embrião de uma educação que marcaria o contraponto, em forma e conteúdo, da educação hegemônica neoliberal ofertada no campo. Note-se:

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político... (Kolling; Nery; Molina, 1999, p. 26 apud Caldart, 2012, p. 260)

Como pode-se ver, foi durante as discussões que antecederam a I Conferência que surgiu o conceito de uma Educação do Campo, que, por sua vez, a princípio, foi chamada de Educação Básica do Campo. De acordo com Caldart (2012), a Educação Básica do Campo passou a ser chamada de Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília, em novembro de 2002, sendo o conceito consagrado e reafirmado durante a II Conferência Nacional por uma Educação do

Campo, em julho de 2004. Durante as discussões do Seminário Nacional, em 2002, entendeu-se que o direito à educação não compreendia somente a educação infantil, mas sim da educação infantil à universidade. Portanto, a educação dos povos do campo deveria ser uma educação que não se restringisse à educação infantil, mas que abrangesse da educação infantil à educação superior.

Em resumo, o processo de constituição de uma Educação do Campo começou quando as lutas pela transformação da realidade educacional nas áreas de Reforma Agrária, protagonizadas pelo MST, tornaram-se mais amplas. De acordo com Caldart (2012), para que as lutas específicas pela transformação da realidade educacional no campo, como as do MST, tornassem amplas foi preciso articular as experiências históricas de lutas de resistência no campo, tais como as do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), das organizações indígenas e quilombolas, das organizações sindicais de diversas comunidades rurais, etc. Segundo a autora, esse movimento de articulação tinha como objetivo criar a compreensão comum entre os diversos movimentos sociais e organizações do campo de que “a questão da educação não se resolve por si mesma e nem no âmbito local” (Caldart, 2012, p. 261). Diante disso, a Educação do Campo, embora leve em conta as particularidades de cada local e situação dos indivíduos e grupos sociais existentes no campo, permite a construção de uma consciência coletiva do campo. Desse modo, surge como um movimento nacional de reivindicação dos povos do campo por políticas públicas mais abrangentes.

Além disso, o Movimento por uma Educação do Campo propõe um projeto de educação atrelado à luta pela terra. Com isso, projeta uma educação que se faz e se refaz do e no engajamento político com as lutas de resistência dos movimentos sociais camponeses, indígenas e quilombolas de luta pela terra, reforma agrária, demarcação de terras e soberania alimentar. Portanto, toda e qualquer política de Educação do Campo, por mais que se organize em torno da educação escolar, nunca será em si mesma somente sobre educação, mas sempre sobre a proposta de um projeto anticapitalista e anticolonial de desenvolvimento no campo que visa tanto a emancipação quanto a libertação dos povos do campo.

À luz disso, vale ressaltar que, antes de ser um conceito, a Educação do Campo é uma prática educacional. Suas pedagogias nascem da práxis dos indivíduos e dos coletivos do campo tanto a partir de suas realidades locais quanto a partir das realidades nacional e internacional que os atravessam em todos os âmbitos da vida. Algumas dessas pedagogias são a Pedagogia da Luta Social, Pedagogia da Terra, Pedagogia do Trabalho

e da Produção, Pedagogia da Cultura, Pedagogia da História e Pedagogia da Alternância, por exemplo. (Caldart, 2000)

Um outro ponto a ser destacado é o papel central da escola no processo de construção de uma Educação do Campo. A escola torna-se um espaço de luta dos povos do campo por um projeto contra-hegemônico de educação e desenvolvimento que faça enfrentamento ao projeto hegemônico neoliberal. Desse modo, a escola da Educação do Campo busca, principalmente, desvincular a produção de conhecimento do princípio hegemônico neoliberal/positivista de neutralidade. Isso significa que a Escola do Campo é o espaço onde se propõe a produção de um conhecimento com intencionalidade que, segundo Molina e Sá (2012, p. 327), dialogue com as contradições vividas na realidade dos povos do campo e que busque “alternativas para as condições materiais e ideológicas do trabalho alienado e para as dificuldades de reprodução social” desses povos.

Com isso, o Movimento por uma Educação do Campo reafirma a ideia de que o Estado não deve ser o educador do povo. De acordo com Caldart (2012, p. 264), “a Educação do Campo [...] busca conjugar a luta pelo acesso à educação pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado”. Em outras palavras, embora seja dever do Estado assegurar que todos tenham acesso à educação, esta não deve estar sob tutela do mesmo, pois, caso contrário, torna-se um instrumento de alienação e dominação ao invés de emancipação e libertação. Dessa maneira, a luta do Movimento por uma Educação do Campo também é uma luta para que o educador do povo seja o próprio povo e não o Estado.

Por fim, um outro ponto importante para o Movimento por uma Educação do Campo diz respeito sobre o papel exercido pelos educadores e educadoras. Nas palavras de Caldart (2012, p. 264), “os educadores são considerados sujeitos fundamentais da formulação pedagógica e das transformações da escola”. Desse modo, a luta por uma Educação do Campo também é uma luta pela valorização e pela formação específica dos seus educadores e educadoras à realidade do campo. Os educadores e as educadoras da Educação do Campo devem ser sujeitos de direito à políticas de formação específicas que trabalhem, através de pedagogias como a Pedagogia da Terra, as reais contradições vividas pelos povos do campo para que se construa um outro projeto de campo no Brasil: um campo anticapitalista e anticolonial.

Bem, como pode-se ver, o paradigma em construção da Educação do Campo busca ser um projeto de educação contra-hegemônico ao projeto da educação

hegemônica neoliberal. A Educação do Campo assume a concepção de uma educação feita *com e pelos* povos do campo, uma educação que os faça sujeitos de sua própria educação. Com isso, confronta a lógica alienadora e colonial da educação neoliberal, que é uma educação feita *para* os povos do campo, sem sua participação. A Educação do Campo ao propor uma educação feita *pelos* povos do campo *para* os povos do campo, assume a educação como dimensão fundamental para o projeto de um outro campo, um campo de vida, anticapitalista e anticolonial. A Educação do Campo nasce da resistência, se faz na luta e se realiza no confronto com a lógica neoliberal no campo através da formação de sujeitos do campo engajados com a luta por educação, terra, reforma agrária e soberania alimentar.

Pode-se dizer, então, que o movimento camponês por uma Educação do Campo constitui-se de lutas de enfrentamento e resistência à expansão da educação hegemônica neoliberal no campo desde a década de 1990. Ademais, nas últimas décadas, o movimento ganhou força e amplitude nacional e internacional tornando-se um ator importante na luta dos povos camponeses por políticas públicas que atendam todos os âmbitos das vidas dos sujeitos do campo, principalmente o direito destes de acesso à educação e à escola. Portanto, à vista disso, a Educação do Campo surge imprescindível ao movimento histórico de emancipação e libertação dos povos do campo.

Referências

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular Rio de Janeiro. São Paulo, 2012.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF: Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 3, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano e MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo** – Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 5. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

MACHADO, Israel Ferreira. **Des-encobrendo a América Latina: o re-existir e o insurgir de Abya Yala – Educação do Campo, decolonialidade e pedagogias de resistência no Brasil**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais,

Universidade da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5381>>.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular Rio de Janeiro. São Paulo, 2012.